

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Agosto de 2023 - Nº 834

BANCÁRIOS DEFINEM RESOLUÇÕES DE LUTA PELA DEMOCRACIA

A 25ª Conferência Nacional dos Bancários foi encerrada no domingo (6), na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Após três dias de debates, os 636 delegados e delegadas participantes do evento e mais 98 convidados, discutiram temas relevantes para a categoria e para toda a classe trabalhadora.

“Tivemos excelentes debates nestes três dias de conferência e tiramos resoluções sobre os principais temas de ação dos trabalhadores do ramo financeiro. Elas vão orientar o posicionamento do Comando Nacional e das entidades sindicais do nosso campo na luta pela manutenção de nossos direitos e novas conquistas”, disse a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Juvandia Moreira.

Mas, além da Conferência Nacional, Juvandia ressaltou o processo de debate realizado. “É um dos processos mais democráticos e bem organizados do Brasil, que acontece desde as bases, passa pelas conferências locais e regionais, até chegar ao âmbito nacional”, disse. “É um debate muito rico, mas também fazemos uma consulta à base, para que a categoria bancária possa opinar sobre os temas mais importantes para nossa luta. E esse processo é valorizado pelo Comando, como parte de formação e mobilização”, completou.

As resoluções aprovadas são:

- Democracia sempre (por um país democrático, socialmente justo e ambientalmente sustentável);

- Reforma tributária: tributação progressiva, que promova distribuição de renda, onere os mais ricos e promova isenção maior para os mais pobres, tributação sobre latifúndios e grandes fortunas e isenção do IR sobre a PLR, entre outros pontos;

- Organização do ramo financeiro: com a continuidade de identificação de todos os trabalhadores e suas entidades representativas, de forma que a reforma sindical seja um instrumento para o reconhecimento formal da representação por ramo de atividade econômica.

- Regulamentação das plataformas digitais que promova um ambiente mais seguro contra abusos, assédio, discurso de ódio, mentiras e outros conteúdos prejudiciais, além da tributação das plataformas enquanto atividade econômica.

- Fortalecimento dos Comitês de Luta e das Brigadas Digitais da Classe Trabalhadora.

- Fortalecimento da campanha “Menos metas, mais saúde”.

**28 DE AGOSTO
DIA DOS BANCÁRIOS
Sorteio:**

01 Prêmio no valor de R\$ 10.000,00

02 Prêmios no valor de R\$ 5.000,00

05 Prêmios no valor de R\$ 2.000,00

10 Prêmios no valor de R\$ 1.000,00

SAÚDE CAIXA: DISCUSSÃO PRECISA IR PARA ALÉM DO CUSTEIO

Na reunião do Grupo de Trabalho do Saúde Caixa, na segunda-feira (31), representantes das entidades sindicais e associativas dos trabalhadores ressaltaram que as discussões sobre o plano de saúde das empregadas e empregados do banco precisa ir para além do custeio.

“A reunião nos trouxe números que antes não estavam tão claros para nós. Mas temos problemas gritantes no atendimento e no contato com os usuários e credenciados. Ou seja, nosso debate não pode se limitar ao custeio”, disse a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa e da representação dos trabalhadores no GT do Saúde Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

Para Fabiana, não basta a Caixa apresentar os custos do plano e dizer que é preciso aumentar as mensalidades para poder cobri-los. “Queremos discutir a qualidade do atendimento e demais desdobramentos que levam ao custo.” Ela reconheceu que melhorou a qualidade das informações passadas pela Caixa na apresentação dos números do plano, mas frisou que ainda é necessário mais informações. “Precisamos de mais informações e mais detalhes, como, por exemplo, o que compõe os custos de administração do Saúde Caixa”, completou.

O representante da Federação dos Bancários CUT do Estado de São Paulo (Fetec-CUT/SP), Leonardo Quadros, reforçou a posição da coordenadora da CEE ao destacar a importância do debate sobre a descentralização. “Precisamos discutir a estrutura do plano, com enfoque na melhoria da qualidade do atendimento”, disse.

“Precisamos debater a recriação dos comitês de credenciamento e as estruturas regionais de atendimento, que permitam observar as realidades de cada localidade e a ampliação da rede onde haja necessidade. Isso ajudaria a melhorar o atendimento dos usuários e dos credenciados. Seria muito melhor do que a estrutura centralizada”, lembrou.

Para Fabiana, melhorar o atendimento é essencial para que o usuário consiga perceber a qualidade do plano. “Se quem precisa do plano não consegue ver a qualidade, não teremos chance de debater uma possível necessidade de reajuste das mensalidades”, observou.

A representação dos trabalhadores também

cobrou informações sobre a distribuição dos usuários de forma segmentada, por idade e faixa de renda.

Pesquisa

A representação dos empregados perguntou sobre a pesquisa anual de qualidade no atendimento. A Caixa respondeu que a apresentação dos resultados está prevista para a segunda quinzena de agosto.

Cobrança dos atrasados

Outro questionamento feito pela representação dos trabalhadores foi com relação ao pedido de suspensão das cobranças retroativas que a Caixa está realizando nas contas dos empregados, referentes às coparticipações de consultas e exames de 2018 a 2022 que, por erro de sistema da Caixa, não tinham sido cobradas. O banco ficou de verificar e dar a resposta para a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Uso do PCMSO

Os trabalhadores também cobraram informações sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e seu uso pelos empregados que estão em licença para acidente de trabalho. E destacaram que têm informações de que muita gente afastada por acidente de trabalho utiliza o plano e acaba pagando os 30% da coparticipação, sem necessidade, porque essa despesa deveria vir do PCMSO. Além disso, acaba gerando mais custos para o plano.

“A CEF deveria ser responsável pelo custeio de 100% dos tratamentos relativos a acidentes de trabalho” reforça Chico Pugliesi, diretor executivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo e integrante do Conselho de Usuários do Saúde Caixa. “Precisamos saber quantas são essas pessoas, e se estão utilizando o PCMSO nesses casos. Isso aliviaria os gastos do plano de saúde”, completa.



DESCONFIE DE ACORDO INDIVIDUAL PROPOSTO PELO SANTANDER



O Santander recentemente enviou comunicado para incentivar a realização de acordos individuais entre trabalhadores e o banco, sem a participação do movimento sindical. Os acordos versam sobre questionamentos de condições de trabalho e contratação.

Wanessa de Queiroz, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, diz que os trabalhadores devem desconfiar de um acordo proposto por um banco que, na prática, retira direitos, piora as condições de trabalho e quer transformar seus trabalhadores em terceirizados. “Todas as vezes em que não há participação dos sindicatos, o trabalhador está em risco, porque não há condição de igualdade em uma negociação individual entre patrão e empregado. O movimento sindical defende que o trabalhador procure a Justiça do Trabalho para reivindicar os seus direitos em sua totalidade. E, para isso, oferece assistência jurídica gratuita”, afirmou.

O que o Santander oferece como vantagem nos acordos individuais propostos pelo banco, na verdade, representa um risco enorme. Desde 2017, escorado pelas mudanças promovidas pela reforma trabalhista aprovada depois do golpe de 2016, o Santander abandonou a comissão de acordos voluntários nos sindicatos. Desde então tem procurado trabalhadores demitidos para oferecer acordos rápidos com valores inferiores. Em muitos deles os sindicatos já identificaram valores equivocados.

“Com este histórico, qual segurança o trabalhador terá de que o acordo firmado com o banco está correto? Se o Santander quisesse pagar ao trabalhador todos os seus direitos, já teria pago e não

precisaria fazer um acordo sem a participação dos sindicatos e da Justiça. Já teria garantido melhores condições de trabalho no seu dia a dia, teria cumprido as cláusulas e respeitado os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho e do Acordo Coletivo de Trabalho em sua totalidade, e não transformado milhares de empregados diretos em terceirizados com salários menores e menos direitos. Já teria tratado seus trabalhadores com respeito e interrompido a prática de assédio moral institucionalizado que causa sequelas muitas vezes irreversíveis”, afirmou Wanessa Queiroz.

Antes da reforma trabalhista, havia também uma mesa composta por representantes do Santander, do movimento sindical e da Justiça do Trabalho para intermediação de conflitos e problemas no ambiente de trabalho, o que também foi abandonado pelo banco após a promulgação da nova legislação que prometia gerar milhões de empregos e “modernizar as relações trabalhistas”.

“O Santander tem sido um banco totalmente antissindical, que desrespeita inclusive sentenças judiciais, e que protela as negociações coletivas ao limite. Ou seja, a credibilidade de um acordo individual, como o que vem sendo proposto pelo banco, tem de ser questionada pelo trabalhador. Defenda seus direitos e não assine nada sem antes consultar o seu sindicato. E procure sempre a Justiça do Trabalho, que é o órgão competente com fé pública para intermediar e balancear essa relação extremamente desigual e injusta”, concluiu Wanessa.

HUMOR

RELÔ NADA!

Um mineiro e um gringo se envolveram em um acidente de carro e o gringo foi falar com o outro rapaz:

- Hello!

O mineiro irritado responde:

- Relô nada. Amassô foi tudo!»

PRECONCEITO COM OS TÁXIS

Em qual cidade brasileira os táxis são proibidos?

R: Uberlândia.

TRABALHADORES PRECISAM FICAR ATENTOS NA PAUTA DO CONGRESSO



A categoria bancária e toda a classe trabalhadora precisam ficar atentas à pauta do Congresso Nacional neste segundo semestre. É o que recomenda o secretário de Relações do Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Jeferson Meira, o Jefão, que é o responsável pelo acompanhamento dos projetos de interesse dos bancários em tramitação no Legislativo Federal.

“Existem projetos importantes na pauta, que podem afetar, para o bem ou para o mal, a classe trabalhadora. Por isso, precisamos estar atentos para apoiar aquilo que trará benefícios e mostrar nossa contrariedade àqueles que podem nos prejudicar”, alertou Jefão.

Fique de olho

- O PL 4188/2021, do Poder Executivo, conhecido como marco legal das garantias, trata sobre a exclusividade da Caixa no penhor.

- O PL 1043/2019, do deputado David Soares (DEM/SP), permite a abertura de agências bancárias nos finais de semana. A proposta é de funcionamento das 9h às 14h, aos sábados, e das 9h às 13h aos domingos.

- O PL 817/2022, do deputado Kim Kataguiri (União SP), altera a Lei 7.783/1989 (Lei da Greve) ao definir como serviços essenciais os meios eletrônicos de pagamentos e transferências bancárias. É

uma ameaça ao direito de greve da categoria.

- O PL 2699/2019, do ex-deputado Valtenir Pereira (MDB/MT), tem o objetivo de manter a ultratividade das negociações coletivas até a aprovação e assinatura do novo acordo.

- O PL 581/2019, do ex-senador Álvaro Dias (Podemos/PR), isenta os trabalhadores de pagar Imposto de Renda sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) – mesmo tratamento fiscal dado aos sócios e acionistas. Já foi aprovado no Senado, mas precisa de avaliação da Câmara.

- O PL 8821/2017, do deputado Sérgio Souza (MDB/PR), retira o limite de dedução de 12% do imposto devido na declaração de rendimentos das contribuições extraordinárias em casos de equacionamentos em fundos de pensão dos funcionários das estatais.

- O PLP 268/2016, do ex-deputado Valdir Raupp (MDB/RO), estabelece novas regras de governança nos fundos de pensão.

- O PDL 348/2022, da deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS), susta os efeitos da CGPAR 37/2022, resolução que prevê o limite de 8,5% de contribuição das estatais aos fundos de pensão. Também desvincula o benefício dos participantes de reajustes concedidos aos empregados ativos.

- O PDL 313/2022, do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), susta a CGPAR 42, que, entre outras diretrizes, reduz os aportes financeiros das estatais aos planos de saúde dos seus trabalhadores. A CGPAR 42 tem as mesmas características da CGPAR 23, suspensa com a aprovação do PDL 956/2018, da deputada Erika Kokay (PT/DF).

- O PL 164/2023, do deputado Lebrão (União/RO), propõe que os reajustes anuais dos planos de saúde individuais, familiares ou coletivos tenham como parâmetro a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

- O PL 3588/2020, do ex-deputado Alexandre Padilha, inclui o artigo 200 na CLT, que trata das disposições das Normas Regulamentadoras, medidas de prevenção, intervenção e gestão dos riscos psicossociais por parte do empregador.